



PARECER JURÍDICO Nº 90029/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

Processo: Pregão Eletrônico nº 90029/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de veículo automotor tipo van

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Assessoria Jurídica o procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, destinado ao registro de preços para aquisição de veículo automotor tipo van, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

O processo encontra-se instruído, dentre outros, com os seguintes documentos:

- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Termo de Referência;
- Pesquisa de preços;
- Edital e anexos (minuta de ata e contrato);
- Indicação de adoção do Sistema de Registro de Preços.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A análise a seguir observa os parâmetros exigidos pelos órgãos de controle, especialmente quanto à regularidade formal, material e aderência à Lei nº 14.133/2021, bem como à jurisprudência dos Tribunais de Contas.

1. DA COMPETÊNCIA E REGIME JURÍDICO APLICÁVEL

O Município possui competência constitucional para promover licitações e contratações administrativas, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

O procedimento rege-se pela:



- Lei nº 14.133/2021;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Decretos municipais regulamentadores (conforme edital);

Havendo, portanto, adequada definição do regime jurídico aplicável.

2. DA FASE PREPARATÓRIA (ART. 18 DA LEI 14.133/2021)

Para fins de controle externo, destaca-se que a fase preparatória é o principal ponto de auditoria do TCE, devendo demonstrar planejamento, motivação e adequação da contratação.

2.1 Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Consta nos autos o ETP, o qual:

- demonstra a necessidade da contratação;
- identifica a solução mais adequada;
- fundamenta os quantitativos;
- evidencia a vantajosidade da contratação.

Atende, portanto, ao art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.2 Termo de Referência

O Termo de Referência apresenta:

- descrição clara e suficiente do objeto;
- especificações técnicas objetivas;
- quantitativos definidos;
- condições de execução e entrega;
- critérios de medição e pagamento;
- definição de fiscalização contratual;
- análise de sustentabilidade (quando aplicável).

Verifica-se aderência ao art. 6º, XXIII, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021.



2.3 Pesquisa de preços e estimativa de valor

Embora não integralmente transcrita, consta referência expressa à pesquisa de preços no processo, sendo requisito indispensável para:

- definição do valor estimado;
- aferição de exequibilidade das propostas;
- controle de sobrepreço e superfaturamento.

Ponto de atenção (TCE): recomenda-se que a pesquisa observe múltiplas fontes (art. 23 da Lei 14.133/21), com memória de cálculo devidamente juntada.

2.4 Justificativa do quantitativo

Os quantitativos encontram-se vinculados à necessidade administrativa demonstrada no ETP, atendendo à exigência de motivação e evitando aquisições desnecessárias.

2.5 Sistema de Registro de Preços (SRP)

A adoção do SRP está devidamente motivada, sendo adequada quando:

- há necessidade futura e parcelada;
- há incerteza quanto à demanda exata;
- busca-se eficiência logística.

A previsão de vigência da ata por 12 meses, com possibilidade de prorrogação, está em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA

O objeto consiste na aquisição de bem comum, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

Assim, a adoção do pregão eletrônico encontra na Lei nº 14.133/2021, sendo dessa forma a modalidade adequada e juridicamente correta.

4. DA ANÁLISE DO EDITAL (ART. 25 DA LEI 14.133/2021)



O edital contém os elementos essenciais:

- objeto definido de forma clara;
- critério de julgamento objetivo (menor preço por item);
- condições de participação;
- regras de habilitação;
- prazos;
- sanções administrativas;
- critérios de desempate;
- previsão recursal;
- regras de publicidade e transparência.

4.1 Competitividade e isonomia

Não foram identificadas:

- cláusulas restritivas indevidas;
- direcionamento do objeto;
- exigências desproporcionais.

O edital assegura ampla participação, inclusive com previsão de tratamento favorecido a ME/EPP, nos termos da LC nº 123/2006.

4.2 Publicidade e transparência

O edital prevê divulgação:

- no portal oficial do município;
- no sistema COMPRASGOV;
- em meios oficiais de publicação.

Atende ao princípio da publicidade e aos arts. 54 e 174 da Lei nº 14.133/2021.

5. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

O rito previsto no edital está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021:



- envio prévio de propostas e documentos;
- fase competitiva por lances;
- julgamento objetivo;
- habilitação posterior;
- fase recursal.

5.1 Modo de disputa

Adotado o modo aberto, com lances sucessivos, compatível com a legislação.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

O Termo de Referência estabelece:

- designação de fiscal e gestor;
- atribuições claras;
- mecanismos de controle;
- registro de ocorrências;
- medidas sancionatórias.

Em conformidade com:

- art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- boas práticas exigidas pelo TCE.

7. CONFORMIDADE COM PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

O procedimento observa os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

- legalidade
- impessoalidade
- moralidade
- publicidade
- eficiência
- planejamento



- segregação de funções
- julgamento objetivo

III - CONCLUSÃO

Diante da análise técnico-jurídica realizada, opina-se pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 90029/2026, porquanto:

1. houve adequada instrução da fase preparatória;
2. a modalidade adotada é juridicamente pertinente;
3. o edital atende aos requisitos legais;
4. foram observados os princípios da Administração Pública;
5. não se identificam vícios formais ou materiais capazes de macular o certame.

Assim, o processo encontra-se apto ao regular prosseguimento, inclusive quanto às fases de julgamento, adjudicação e homologação, desde que mantida a conformidade dos atos subsequentes.

IV - RECOMENDAÇÕES (IMPORTANTE PARA O TCE/SC)

Para fins de fortalecimento do controle e prevenção de apontamentos futuros, recomenda-se:

1. Juntar integralmente a memória de cálculo da pesquisa de preços, com fontes diversas;
2. Registrar formalmente a justificativa dos quantitativos no ETP, se ainda não detalhada;
3. Assegurar a publicação integral do processo em portal da transparência;
4. Manter trilha documental da fase de lances e negociações;
5. Formalizar despacho motivado na homologação;
6. Monitorar a execução da ata de registro de preços, com relatórios periódicos.

V - NATUREZA DO PARECER



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FOLHA
Nº _____

O presente parecer possui natureza opinativa e não vinculante, servindo como instrumento de assessoramento jurídico, cabendo à autoridade competente a decisão administrativa final.

É o parecer.

Governador Celso Ramos, 20 de abril de 2026.

GRASIELA ILZA ROSA
Procuradora Geral do Município
OAB/SC 20.653